



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DA BETS

REQUERIMENTO Nº, DE 2025 – CPIBETS

Requer seja solicitado à Polícia Federal compartilhamento de informações sobre as investigações da suposto crime de extorsão cometido pelo senhor Silvio de Assis.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado à Polícia Federal compartilhamento de informações sobre as investigações da suposto crime de extorsão cometido pelo senhor Silvio de Assis.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como um de seus objetos investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Em 13 de dezembro de 2024, a revista VEJA, em sua edição nº 2923, trouxe à tona graves denúncias que podem afetar essa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets, revelando uma possível trama de extorsão e possíveis conluíus. A reportagem expõe um cenário de graves denúncias que exigem investigação imediata e rigorosa.





As primeiras informações surgiram após um entrevero de um senador que compõe essa CPI com a senadora relatora. Diante do ocorrido, o citado parlamentar procurou o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, para relatar um eventual esquema criminoso de grandes proporções. Segundo relatos, um conhecido lobista de Brasília, identificado como Silvio de Assis, estaria extorquindo empresários do setor de apostas, utilizando a CPI como ferramenta de pressão.

A engrenagem do esquema, conforme apontado, consistiria no fato de parlamentares, mesmo que não diretamente envolvidos na extorsão, apresentariam requerimentos de convocação de empresários para depor na CPI. Em seguida, o citado lobista, com acesso e influência sobre congressistas, abordaria os empresários, oferecendo "soluções" para evitar o "constrangimento" da convocação, mediante o pagamento de quantias vultosas. Tal esquema seria muito parecido com aquele de extorsão que supostamente aconteceu na CPI da Câmara dos Deputados envolvendo o Deputado Federal Felipe Carreras e Wesley Cardia quando presidia a Associação em Defesa da Integridade, Direitos e Deveres nos Jogos e Apostas (ANDSJA).

A gravidade da situação aflorou no relato de um empresário do setor de apostas, que teria sido alvo da extorsão. Conforme as informações, o lobista Silvio de Assis teria exigido o pagamento de R\$ 40 milhões para evitar sua convocação. A recusa do empresário em ceder à chantagem resultou na aprovação rápida do requerimento de convocação.

A situação fica mais complicada com a relação entre a relatora da CPI, e o lobista Silvio de Assis. A senadora, inclusive, admitiu conhecer o lobista. Soma-se a isso o fato de que dois parentes de Silvio de Assis, sua irmã e seu genro, chegaram a ocupar cargos de assessoria no gabinete da senadora relatora dessa CPI das Bets.

As acusações foram repelidas pela senadora relatora, mas essa confirmou a existência de indícios de irregularidades nos bastidores da CPI. Foi relatado por ela que teve conhecimento de uma mensagem de áudio em que um senador pedia R\$ 100 milhões para (abre aspas) "resolver o assunto com a Soraya" (fecha aspas), sugerindo que seu nome estaria sendo utilizado em um esquema de achaque. A senadora, no entanto,





não revelou a identidade do colega parlamentar nem do empresário abordado, mas encaminhou as provas à Polícia Federal que para todos os efeitos e pelo que está sendo noticiado, já iniciou processo investigatório.

Analisando os 428 requerimentos apresentados, em momento algum, vi qualquer pedido para que o senhor Silvio de Assis viesse à essa comissão para ser interpelado sobre os fatos narrados. Da mesma forma não restou claro quem foi o empresário do setor de apostas que teria sofrido a suposta extorsão, se esse virá ou se já veio, quando foi seu comparecimento e se os fatos foram esclarecidos. Tais situações me trazem grande apreensão.

Diante desse nebuloso quadro, tenho certeza de que essa preocupação não é só minha e sim de todos os colegas que compõem essa CPI, que, com certeza, querem passar a limpo esses episódios. Portanto, a situação exige, até para que possa jogar luz e espantar de vez qualquer suspeita, uma investigação minuciosa e transparente. As denúncias de extorsão, a proximidade com o lobista e as suspeitas de outros esquemas ilícitos lançam uma sombra sobre os trabalhos da CPI das Bets e a credibilidade do Congresso Nacional. A necessidade de esclarecer os fatos e punir os responsáveis é urgente, sob pena de comprometer a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Diante do exposto, espero, portanto, contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de compartilhamento de informações por parte da Polícia Federal sobre as investigações em curso sobre o caso acima narrado.

Sala das Comissões,

Senador Eduardo Girão

